



RESPOSTA IMPUGNAÇÃO Nº 001/2026

Patos de Minas, data da assinatura eletrônica.

A Senhora
Raquel Ribeiro
Pregoeira
Secretaria Municipal de Administração
Rua Dr. José Olympio de Mello, 151
38700-900 Patos de Minas. MG

ASSUNTO: Resposta à Impugnação apresentada pela empresa T & T Indústria, Comércio, Importação e Exportação Ltda. – Pregão Eletrônico nº 041/2026 – Processo Licitatório nº 134/2026.

I – DA ANÁLISE DA IMPUGNAÇÃO

Preliminarmente, cumpre destacar que os procedimentos licitatórios promovidos pela Administração Pública devem observar rigorosamente os princípios e normas estabelecidos na Lei nº 14.133/2021, especialmente os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, isonomia, competitividade, vinculação ao instrumento convocatório e julgamento objetivo.

Nesse sentido, dispõe o art. 5º da Lei nº 14.133/2021 que:

"Na aplicação desta Lei, serão observados os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da eficiência, do interesse público, da probidade administrativa, da igualdade, do planejamento, da transparência, da eficácia, da segregação de funções, da motivação, da vinculação ao edital, do julgamento objetivo, da segurança jurídica, da razoabilidade, da competitividade, da proporcionalidade, da celeridade, da economicidade e do desenvolvimento nacional sustentável (...)."

Passa-se à análise do mérito da impugnação.

1. DO PRAZO DE ENTREGA DOS MATERIAIS

A impugnante requer a alteração do prazo de entrega previsto no edital, atualmente fixado em 15 (quinze) dias corridos contados da solicitação de fornecimento, para 15 (quinze) dias úteis, sob o argumento de que os prazos logísticos praticados pelas transportadoras não permitiriam o atendimento da exigência editalícia.



Todavia, não assiste razão à impugnante.

Inicialmente, observa-se que o item 5.2.1 do Termo de Referência estabelece:

"Os bens serão fornecidos continuamente, de acordo com a necessidade do Município, devendo ser entregues no máximo em 15 (quinze) dias corridos após o pedido."

Entretanto, a interpretação do instrumento convocatório deve ocorrer de forma sistemática e integrada, não sendo juridicamente adequada a análise isolada de um único dispositivo.

Nesse contexto, o próprio Termo de Referência prevê mecanismo específico para situações excepcionais que possam impactar o prazo inicialmente estabelecido, conforme disposto no item 5.2.3:

"Devidamente justificado e com pelo menos 05 (cinco) dias úteis de antecedência do prazo final de entrega, o fornecedor poderá solicitar prorrogação de prazo, ficando a cargo da área demandante acolher a solicitação, desde que não haja prejuízo, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior."

Verifica-se, portanto, que o instrumento convocatório já contempla solução adequada para eventuais dificuldades logísticas ou operacionais enfrentadas pela futura contratada, permitindo a análise de pedidos de prorrogação mediante justificativa formal e demonstração da ocorrência de circunstâncias que impeçam o cumprimento do prazo originalmente pactuado.

Dessa forma, o prazo de 15 (quinze) dias corridos não possui caráter absoluto, uma vez que o edital prevê expressamente a possibilidade de sua dilação quando presentes motivos devidamente justificados e desde que não haja prejuízo ao interesse público.

Importante destacar que a impugnante não apresentou elementos concretos capazes de demonstrar que o prazo estabelecido é inexequível para a totalidade dos potenciais fornecedores ou que tal exigência restringe indevidamente a competitividade do certame. Limitou-se a alegações genéricas relacionadas à logística de transporte, sem comprovar a impossibilidade efetiva de atendimento da condição editalícia.

Ademais, o prazo definido pela Administração decorre de necessidade operacional do Município, estando diretamente relacionado ao atendimento das demandas da Secretaria requisitante, razão pela qual sua fixação insere-se no âmbito da discricionariedade técnica da Administração, desde que observados os princípios da razoabilidade, proporcionalidade e interesse público, requisitos estes plenamente atendidos no presente caso.



Assim, considerando a existência de previsão expressa para prorrogação do prazo em situações justificadas, bem como a ausência de demonstração objetiva de prejuízo à competitividade, não se verifica fundamento técnico ou jurídico que justifique a alteração pretendida.

II – DA CONCLUSÃO

Diante do exposto, conclui-se que o prazo de entrega estabelecido no instrumento convocatório mostra-se compatível com as necessidades da Administração, observando os princípios da razoabilidade, proporcionalidade, eficiência e interesse público.

Além disso, o Termo de Referência já contempla mecanismo apto a solucionar situações excepcionais que eventualmente impeçam o cumprimento do prazo inicialmente fixado, garantindo equilíbrio contratual sem comprometer a continuidade do atendimento das demandas administrativas.

Não restou demonstrado pela impugnante que a exigência editalícia seja desarrazoada, inexequível ou capaz de restringir indevidamente a competitividade do certame, razão pela qual não há elementos que justifiquem sua alteração.

Dessa forma, com fundamento nos princípios previstos no art. 5º da Lei nº 14.133/2021, especialmente os da legalidade, competitividade, razoabilidade, eficiência, interesse público e vinculação ao instrumento convocatório, CONHEÇO da impugnação apresentada, por tempestiva, para, no mérito, NEGAR-LHE PROVIMENTO, mantendo-se integralmente as disposições constantes do Edital do Pregão Eletrônico nº 041/2026 e respectivos anexos.

PAULO SÉRGIO DUARTE

Diretor de Trânsito

MÔNICA RAMOS DE OLIVEIRA BARCELOS

Gerente de Planejamento e Gestão Orçamentária



PREFEITURA DE PATOS DE MINAS
**TRÂNSITO, TRANSPORTE
E MOBILIDADE**

RESPOSTA Á IMPUGNAÇÃO

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA POSSÍVEIS AQUISIÇÕES DE MATERIAIS DE SINALIZAÇÃO VIÁRIA PARA ATENDER AS DEMANDAS DAS SECRETARIAS PARTICIPANTES DO PROCESSO.

Considerando a impugnação apresentada pela empresa T & T Indústria, Comércio, Importação e Exportação Ltda, referente ao Pregão Eletrônico 041/2026, **INDEFIRO** a referida impugnação e manifesto pela continuidade das condições constantes no instrumento licitatório.

Patos de Minas, data da assinatura digital.

ELIAS PERPÉTUO SARAIVA

Secretário Municipal de Trânsito, Transporte e Mobilidade

RESPOSTA IMPUGNAÇÃO T& T docx

Código do documento fbe66bcf-53b6-40b8-95ce-b38994913454



Assinaturas



ELIAS PERPETUO SARAIVA
elias.saraiva@patosdeminas.mg.gov.br
Assinou



Paulo Sérgio Duarte
duartepsd@yahoo.com.br
Assinou

Paulo Sérgio Duarte



Mônica Ramos de Oliveira Barcelos
monica@patosdeminas.mg.gov.br
Assinou

Mônica Ramos de Oliveira Barcelos

Eventos do documento

03 Jun 2026, 09:18:52

Documento fbe66bcf-53b6-40b8-95ce-b38994913454 **criado** por GERÊNCIA DE COMPRAS - PREFEITURA (0a111dde-fc1a-43df-8d0a-44bcc74bf314). Email:compras@patosdeminas.mg.gov.br. - DATE_ATOM: 2026-06-03T09:18:52-03:00

03 Jun 2026, 09:20:00

Assinaturas **iniciadas** por GERÊNCIA DE COMPRAS - PREFEITURA (0a111dde-fc1a-43df-8d0a-44bcc74bf314). Email:compras@patosdeminas.mg.gov.br. - DATE_ATOM: 2026-06-03T09:20:00-03:00

03 Jun 2026, 09:30:22

PAULO SÉRGIO DUARTE **Assinou** - Email: duartepsd@yahoo.com.br - IP: 152.255.113.69 (152-255-113-69.user.vivozap.com.br porta: 38808) - [Geolocalização: -18.5885678 -46.5269057](#) - Documento de identificação informado: 686.936.306-44 - DATE_ATOM: 2026-06-03T09:30:22-03:00

03 Jun 2026, 09:31:01

MÔNICA RAMOS DE OLIVEIRA BARCELOS **Assinou** (8d18ba1d-2d80-4bfa-92bf-758eacf0bafc) - Email: monica@patosdeminas.mg.gov.br - IP: 138.0.64.139 (138-0-64-139-cgnat.onnettelecom.com.br porta: 27638) - Documento de identificação informado: 040.033.586-78 - DATE_ATOM: 2026-06-03T09:31:01-03:00

03 Jun 2026, 10:01:02

ELIAS PERPETUO SARAIVA **Assinou** (3c3e80f7-6fc3-4b36-bb62-f18dae2cb5b0) - Email: elias.saraiva@patosdeminas.mg.gov.br - IP: 138.0.64.139 (138-0-64-139-cgnat.onnettelecom.com.br porta: 56202) - Documento de identificação informado: 621.681.266-15 - DATE_ATOM: 2026-06-03T10:01:02-03:00

Hash do documento original

(SHA256):b5a08c7c5bbbc0c387454e045158365757b92b984f0948425d842148a572fe96

(SHA512):e74417dd08f00611c65adffc83be024866b2c0fe26d307bfb6a951d7127c186917cf9de5663dca007e71ca574253e1432203b47cca0ae419df9d99baf93a6002

Esse log pertence **única e exclusivamente** aos documentos de HASH acima



Esse documento está assinado e certificado pela D4Sign

Integridade certificada no padrão ICP-BRASIL

Assinaturas eletrônicas e físicas têm igual validade legal, conforme **MP 2.200-2/2001** e **Lei 14.063/2020**.
